

7

CAPÍTULO

A HISTÓRIA E O GESTO DE INTERPRETAÇÃO LITERÁRIO

João Antonio de Santana Neto (PPGEL/Universidade do Estado da Bahia)

Esse trabalho integra o projeto de Estágio Pós-Doutoral “Retratos de Salvador: gestos de interpretação do discurso literário sobre a cidade do Salvador”, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) com bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD- CAPES).

Nesse trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux com vistas a estudar como se processa a relação entre a história e o gesto de interpretação literário numa perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos que se filiam a Pêcheux, destacam-se condições de produção, formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva, arquivo e sujeito.

O *corpus* selecionado para esse trabalho é composto de recortes do romance histórico de Aydano Roriz *O fundador* (2003), uma vez que nessa obra Roriz, na função-autor, realiza um gesto de interpretação literário, no qual são construídas imagens de personagens históricas e ficcionais na cidade de Salvador em 1549.

Na análise, parte-se do princípio de que num texto literário há a materialização de um discurso que, embora se apresente de forma representada, pode remeter-se às relações concretas do meio social. Dessa forma, no discurso, o indivíduo, enquanto formulador, é interpelado pela ideologia e assujeitado à língua para se constituir em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação literário. A função-autor é, portanto, constituinte da noção de sujeito, visto que aquela é a “responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 69).

Convém salientar que o gesto de interpretação literário está subordinado à formação ideológica a que se filia a formação discursiva tomada pelo formulador no exercício da função-autor para se subjetivar. Nesse jogo, o sujeito identifica-se imaginariamente com a forma-sujeito e se constitui em “sujeito do discurso”, em um efeito-sujeito, de uma formação discursiva, a qual é definida como o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode, não deve ser dito.

O funcionamento do sujeito do discurso só é possível por meio dessa relação entre o sujeito e a formação discursiva. Logo, esse sujeito não está na origem do dizer, visto que é afetado pessoal e socialmente pela ideologia dominante. No campo pessoal, o indivíduo é dotado de um inconsciente; na sua constituição social, é interpelado pela ideologia. Portanto, trata-se de um sujeito histórico-ideológico, que é também constituído pelo inconsciente que o afeta. Ao ser interpelado pela ideologia, o indivíduo não tem consciência desse fato, razão pela qual acredita ser a origem do dizer, dominando o que diz nas suas práticas discursivas. Por isso, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. Tem-se, então, o que Pêcheux denominou de esquecimento n^o 1, ou esquecimento ideológico, que atua na instância do inconsciente e é fruto do modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia.

O sujeito, na função-autor, realiza um gesto de interpretação literário, representa-se na posição de autor, inscreve sua formulação no repetível

histórico (interdiscurso) e historiciza seu dizer. Ao realizar essas atividades, a questão da interpretação é trazida para a questão da autoria. Mas, uma vez inscrito em uma formação discursiva, também há a questão do silenciamento, visto que é na incompletude da linguagem que se inscreve a questão do silêncio, e a interpretação é vista como um movimento que ocorre entre a paráfrase e a polissemia.

Partindo do pressuposto de que para uma palavra ter sentido é necessário que ela já tenha sentido, o significar deriva, então, do interdiscurso. Tem-se a ilusão de que o sentido origina-se nesse dizer, não tem história. Essa ilusão é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que a posição-sujeito seja estabelecida, daí resulta o movimento da identidade e movimento dos sentidos.

O interdiscurso é composto por tudo o que já foi dito, constituindo-se num complexo de formações discursivas, pois nele estão presentes todos os sentidos já produzidos, ele não admite lacunas, pelo contrário, é saturado (cf. INDURSKY, 2011).

Já a memória discursiva, segundo Courtine (1981, p. 53), “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos”, logo ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem na formação discursiva, no interior da qual eles recebem seu sentido. Isto significa que a memória discursiva cobre apenas os sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma formação discursiva (cf. INDURSKY, 2011).

O arquivo é a memória institucionalizada no interior do interdiscurso, ou seja, é a estabilização de sentidos, visto que, no arquivo, “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças” (ORLANDI, 2003, p. 15). Então, o arquivo estabelece-se por meio do realizado, principalmente sobre o dito, resultando num efeito de fechamento, no entanto possível de recuperação pelas condições de produção. Ao contrário do interdiscurso, que se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é constituído pelo que não se esquece, ou melhor, pelo que não se deve esquecer. Por isso, no arquivo, fala a voz comum, a voz de todos, embora dividida.

É justamente no silêncio do arquivo que o formulador do romance histórico, na função-autor, cria a sua ficção, ou seja, realiza o seu gesto de interpretação literário. Ele não altera o que consta no arquivo, mas se permite realizar o seu gesto de interpretação literário nos limites delineados pela formação discursiva em que se subjetiva.

Roriz, ao formular seu discurso, se distancia da forma-sujeito da formação discursiva do romance histórico tradicional, apesar de procurar

permanecer fiel aos fatos históricos, aos historiadores e cronistas, e assume uma posição-sujeito de contra-identificação, ou seja, um “mau sujeito” (cf. INDURSKY, 2011), visto que segue o modelo do romance histórico contemporâneo.

O romance histórico contemporâneo, por reescrever ou rerepresentar o passado na ficção e na história para revelá-lo ao presente, constitui-se numa outra Formação discursiva na mesma formação ideológica do romance histórico. Assim, visualiza-se o caráter combativo dos romances históricos contemporâneos ao aspecto totalizante que revela a imposição de sentido que se fazia presente nos romances históricos tradicionais. A partir do questionamento característico do pós-modernismo, deu-se uma busca pela “destotalização” das formas tradicionais de narrativa que passaram a ter as velhas noções de finalidade, causalidade e continuidade questionadas e subvertidas pela nova categoria de romance emergente, isto é, os romances históricos contemporâneos ou, como Linda Hutcheon (1991) denomina, as “metaficções historiográficas”.

A “metaficção historiográfica” institui os limites entre literatura e história, mas em seguida os desafia: “[...] ela estabelece a ordem totalizante, só para contestá-la, com sua provisoriedade, sua intertextualidade e, muitas vezes, sua fragmentação radicais” (HUTCHEON, 1991, p. 155). A nova forma de escrita é, simultaneamente, fictícia, histórica e discursiva. É metaficcional porque a realidade retratada constitui-se na do próprio discurso e historiográfica, pois aborda a realidade de discursos passados.

Com ela, passa-se a ter contato com as histórias dos perdedores e dos vencedores, dos centrados e dos marginalizados. Ela, diferentemente dos romances históricos tradicionais, não pretende contar a “verdade” dos vencedores e criar heróis, mas sim apresentar outras possibilidades de interpretação e tentar desvendar de quem é essa “verdade”. Dessa maneira, forma-se um dos princípios definidores do romance histórico contemporâneo que é a flexibilidade de interpretação, importante aspecto, pois proporciona reflexões sobre a própria história.

A ficção contemporânea tem como interesse, também, a natureza dos fatos narrados. Os fatos não traduzem por si sós o que existiu no passado, eles sempre aparecem permeados por um ponto de vista. Com base nisso, é sugerida uma distinção entre fatos e acontecimentos. Os acontecimentos são o que existiu em estado bruto e não têm sentido por si mesmos, enquanto os fatos recebem sentido ao serem narrados, eles são a “lapidação” dos acontecimentos, ou seja, escolhidos para serem narrados.

Por isso, Roriz apresenta os fatos sob outra perspectiva, ou seja,

realiza o seu gesto de interpretação literário em outra formação discursiva, visto que esta se distancia da formação discursiva do romance histórico tradicional, especialmente do romance histórico do romantismo.

Entretanto, como se observa na obra *O fundador*, Roriz (2003, p. 390-391) realiza consultas ao arquivo e a relação entre personagens reais e ficcionais evidenciam a memória discursiva inerente à formação discursiva do romance histórico contemporâneo, na qual se subjetiva o escritor na função-autor. Ao parafrasear o arquivo, ele é fiel; mas, no silêncio do arquivo, ele realiza o seu gesto de interpretação literário na formação discursiva do romance histórico contemporâneo.

Apresentadas as condições de produção, que possibilitaram o surgimento do discurso, as formações ideológica e discursiva, as quais se filia o formulador em sua posição-sujeito na função-autor, passa-se, então, ao gesto de interpretação literário.

Por volta das nove horas, os navios finalmente deitaram ferros. Fundearam em frente ao Morro de Santo Antônio, na barra de entrada da Baía de Todos os Santos. Era ali que erguia-se a Vila do Pereira, o arraial de poucas casas construído por Jorge Pereira Coutinho, o finado donatário daquela capitania, morto anos antes pelos índios” (RORIZ, 2003, p. 40).

A chegada de Tomé de Sousa, primeiro Governador Geral do Brasil, ocorreu na conhecida Praia do Porto da Barra, onde existe um marco comemorativo, principal símbolo da fundação de Salvador em 29 de março de 1549. Formado por uma estrutura vertical toda em mármore lioz, que leva no topo uma cruz de malta, feita pelo mestre-escultor português João Fragoso, e pelo painel de azulejos portugueses, o marco foi inaugurado em 29 de março de 1952 como parte das comemorações pelo aniversário de 403 de Salvador e foi recuperado em 2003. O painel em azulejos foi feito pelo ceramista português Eduardo Gomes e é uma réplica do original do também português Joaquim Rebucho. A imagem retrata a chegada de Tomé de Sousa ao Brasil, em 1549, para fundar Salvador. Observa-se que Roriz é fiel ao arquivo nessa passagem, visto que é uma paráfrase do que consta no arquivo.

O objetivo de D. João III, Rei de Portugal, quando nomeou Tomé de Sousa para o Cargo de Governador Geral do Brasil, era dotar as novas terras de uma presença mais efetiva de representantes da coroa portuguesa. *O Regimento de Almerim* ([1548] s.d.), documento que representa a “certidão

de nascimento” de Salvador, continha instruções precisas para edificar uma fortaleza e povoação grande e forte num lugar conveniente.

7 – E assim sou informado que o lugar em que ora está a dita cerca não é conveniente para se aí fazer e assentar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça, e que será necessário fazer-se em outra parte mais para dentro da dita Bahia. E portanto vos encomendo e mando que como tiverdes pacífica a terra, vejais, com pessoas que o bem entendam, o lugar que será mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte, e que se possa bem defender, e que tenha a disposição e qualidades para aí, por o tempo em diante, se ir fazendo uma povoação grande; e tal convém que seja, para dela se proverem as outras Capitánias como, com ajuda de Nosso Senhor, espero que esta seja, e deve de ser em sítio sadio e de bons ares, e que tenha abastança de água e porto em que bem possam amarrar os navios e vararem-se quando cumprir, porque todas estas qualidades, ou as mais delas que puderem ser, cumpre que tenha a dita fortaleza e povoação; por assim ter assentado que dela se favoreçam e provejam todas as terras do Brasil. E no sítio que vos melhor parecer, ordenareis que se faça uma fortaleza da grandura e feição que a requerer o lugar em que a fizerdes, conformando-vos com as traças e amostras que levais; praticando com os oficiais que para isso lá mando, e com quaisquer outras pessoas que o bem entendam; e para esta obra vão em vossa companhia alguns oficiais, assim pedreiros e carpinteiros, como outros que poderão servir de fazer cal, telha, tijolo; e para se poder começar a dita fortaleza, vão, nos navios desta Armada, algumas achegas, e não achando na terra aparelho para se a dita fortaleza fazer de pedra e cal, far-se-á de pedra e barro ou taipais ou madeira, como melhor puder ser, de maneira que seja forte; e como na dita fortaleza for feita tanta obra que vos pareça que seguramente vos podereis nela recolher e agasalhar com a gente que levais, vos passareis a ela, deixando, porém, na dita cerca que está feita, alguma gente que a baste para a povoar e defender (REGIMENTO DE ALMERIM, [1548] s.d., p. 3).

Quando Tomé de Sousa desembarcou na região da Barra, nas imediações do local atual entre Forte de São Diego e o Yatch Club, já encontrou ali um núcleo de habitantes, uma pequena vila chamada de Vila Velha ou Vila do Pereira, assim nomeada em virtude do nome do antigo donatário da capitania da Bahia, Francisco Pereira Coutinho.

Diante do alvará régio que lhe foi apresentado, Caramuru, que já vivia naquelas terras fazia vinte e seis anos, e se considerava um pouco dono de tudo aquilo ali, não pôde deixar de ceder. Pior. Teve de conformar-se com a doação, por parte de Pereira Coutinho, de uma sesmaria de 'quatrocentas varas de largo por quinhentas de comprido', míseros vinte e dois hectares, no local onde estava instalada a aldeia dos seus amigos nativos. Ainda assim, em respeito ao rei, ajudou como pôde na construção da vila de quarenta casas de taipa, cobertas de palha, destinada a ser a sede da capitania.

Embora lhe parecesse a terra muito pacífica, Pereira Coutinho não deixou de tomar precauções. Ergueu em torno da vila uma paliçada de pau-a-pique e, na frente dela, mandou escavar um fosso de segurança. Com a terra retirada do fosso, revestiu a cerca, transformando-a em muro. Fez mais. Construiu em local estratégico uma torre de pedra e cal de dois andares, protegida por seteiras e guaritas, onde instalou os quatro canhões que trouxera, para o caso de encontrar piratas pelo caminho (RORIZ, 2003, p. 50-51).

Francisco Pereira era conhecido pela alcunha de "rusticão", devido a sua rudeza no tratamento principalmente com os "gentios da terra", ou seja, os índios. Quando chegou ao Brasil em 1536, trouxe consigo parentes, amigos e colonos e "construiu casas para 100 moradores" e sua moradia estima-se que estava localizada no outeiro (alto) nas imediações da atual Igreja da Vitória com vista de frente a enseada do atual Yatch Club. Encontrou um antigo morador, Diogo Álvares, o Caramuru. Esses fatos estão presentes no arquivo, contudo, na primeira parte do recorte anterior, observa-se o gesto de interpretação literário do formulador na função-autor,

visto que “humaniza” a personagem que deixa de ser exclusivamente histórica (arquivo) e passa a ser histórico-ficcional.

Pouco se conhece sobre Diogo Álvares, contudo estudos indicam que entre 1510 e 1511 chegou a Bahia em virtude de um naufrágio. Caramuru foi importante peça nas negociações da tensa convivência entre portugueses e índios, tanto que obteve o lote de terra (sesmaria) que ia da região do atual bairro da Graça até o bairro do Rio Vermelho. Casou-se com Paraguaçu, a filha do cacique, que mais tarde foi batizada na França com o nome de Catharina Paraguaçu, que se converteu ao catolicismo e ergueu uma pequena ermida que mais tarde transformou-se na Igreja da Graça (no bairro da Graça), local onde está sepultada. Isso é o que diz o arquivo.

Apesar da interferência de Caramuru para apaziguar os ânimos entre colonos e índios um fato vai mudar drasticamente a vida da capitania da Bahia. Em 1545, algumas tribos dos índios da Baía de Todos os Santos atacaram a Vila do Pereira e ao mesmo tempo os colonos rebelam-se contra o donatário e desejavam prendê-lo. Mas ele retira-se para a capitania de Pero de Tourinho em busca de ajuda, onde permaneceria até em 1546 quando Caramuru foi buscá-lo trazendo a notícia de que os franceses haviam incendiado a Vila do Pereira e confiscaram a artilharia de defesa. Pereira Coutinho resolveu regressar, mas, quando estava nas imediações da Ilha de Itaparica, sua embarcação afundou nos recifes e os Tupinambás de Itaparica, que eram antropófagos, o prendem e o devoram em seguida.

Com a morte do donatário, o rei D. João III prefere reverter a capitania para a Coroa e foi esta circunstância que fez da Bahia a primeira capitania da Coroa e propiciou a condição de sede do Governo Geral do Brasil criado em 1548.

Conforme consta no *Regimento de Almerim* ([1548] s.d.), cabia a Tomé de Sousa edificar uma fortaleza e povoação grande e forte num lugar conveniente. Era, então, necessário escolher um local.

Costeando o morro de Santo Antônio, a brisa da manhã levou-os rapidamente ao interior da baía. Ancoraram na praia e começaram a subida do promontório. (...)

A vista do alto era magnífica. Dali, enxergava-se quase toda a baía e as suas ilhas. (...)

O governador esboçou um sorriso sem graça e colocou-se de pernas abertas, com os pulsos na cintura, detendo-se em observar a baía. Maior que a famosa Baía de Nápoles, que ele conhecia, a de Todos os Santos também era um imenso espelho azul-turquesa, de onde os raios de sol pareciam arrancar faíscas. Encheu os olhos com aquela beleza, aspirou o cheiro gostoso de maresia e virou-se depois para o grupo.

- Perfeito, Diogo Álvares. Obrigado por sua ajuda, meu bom amigo. É aqui que construiremos São Salvador. Com essa magnífica baía aos seus pés – e dirigindo o olhar para o capitão-mor da costa: - Acho que cá poderiam ancorar todos os navios do mundo. Não te parece, Pro de Góis?

(...) E construir ali na praia uma ermida – ajuntou o padre Manuel Lourenço, ainda resfolgante. – Uma igreja, onde os mareantes pudessem fazer suas orações, na chegada e na partida. (...)

- Excelente ideia, meu padre – brincou o governador, dando dois tapinhas camaradas no ombro do futuro vigário. – Excelente ideia também a tua, Pero de Góis. Vamos chamar o porto aí então de Ribeira das Naus e construir na praia uma ermida. Uma igreja em honra de ...

- Por que não Nossa Senhora da Conceição, já que Conceição foi a nau em que viemos? – propôs Manuel de Lourenço, feliz por ter conseguido pronta aprovação para o seu intento (RORIZ, 2003, p. 64-65).

O ponto escolhido para o assentamento da cidade foi o trecho no alto promontório entre a Barroquinha e o Taboão, acidentes topográficos propícios para construção de obras de defesa, compreendido entre a atual Praça Castro Alves e a Misericórdia.

Erguida no alto de uma escarpa, entre a Baía de Todos os Santos e os morros, Salvador foi a primeira cidade planejada do Brasil, criada para ser a capital da colônia portuguesa no Novo Mundo. O mestre das obras Luiz Dias foi o “arquiteto” que traçou as linhas limítrofes e o plano

urbano primitivo (obedecendo as “traças e amostras” recebidas em Lisboa) do “arruamento” daquela que foi denominada cidade do Salvador.

Os colonizadores tomaram o cuidado de construí-la nos moldes das cidades de sua terra natal e mantiveram nela a aparência medieval de Lisboa, com ruas estreitas, curvas e dispostas perpendicularmente umas às outras. Outra herança lisboeta são seus fortes, que fazem de Salvador uma típica cidade-fortaleza.

Abrigando cerca de 1000 habitantes em 1549, a primeira capital do Brasil cresceu em dois planos, a cidade alta e a cidade baixa. O movimentado porto e um pequeno comércio local ocupavam a estreita e extensa faixa litorânea (era o que mais tarde denominou-se bairro da Praia, atual Bairro do Comércio) ligada à cidade alta por ladeiras e barrancos (em 1920 foi construído o Elevador Lacerda).

Os edifícios oficiais e as residências localizavam-se no alto da escarpa, a parte nobre da cidade. Mas foi na cidade baixa, nas imediações do atual elevador Lacerda e da Igreja da Conceição da Praia, que era conhecida como Ribeira do Góes ou das Naus, que foram construídos os depósitos e barracões para o armazenamento do material de construção utilizado para erguer a cidade. Neste mesmo local, na praia, que foi erguida a primeira ermida, consagrada a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do governador.

Esses dados estão no arquivo e foram parafraseados por Roriz. Entretanto, no silêncio do arquivo, o formulador, na função-autor, realiza o seu gesto de interpretação literário dotando as personagens históricas de atitudes humanas (gestos, expressões, atitudes) e criando o diálogo entre elas, com isso, transforma-as em personagens histórico-ficcionais. Também o gesto de interpretação literário permite a criação de um motivo e uma justificativa para a construção da ermida e a sua dedicação à Nossa Senhora da Conceição (da Praia).

Fica evidente que a formação discursiva do romance histórico contemporâneo impõe a “humanização” do Governador Geral. Tomé de Sousa é apresentado como um homem, com desejos e ambições, conforme pode ser observado no diálogo entre Caramuru e Tomé de Sousa no recorte a seguir (RORIZ, 2003, p. 59. Grifos do autor.):

Só quando Tomé de Sousa deitou-se na enxerga, percebeu que havia mais alguém ao seu lado e voltou a sentar-se.

- Santos Evos! O que diabo é isso? Quem é que cá está?
- Não te preocupes, meu senhor. É um presente tupinambá. De Morubichaba, o chefe daquela aldeia onde estivemos ainda agora à tarde. É a filha dele. Acabou de ter o primeiro mênstruo.
- Pelo amor de Deus, Diogo Álvares. Eu não quero saber disso – e tentando colocar-se de pé: - O que é que tu estás a pensar? Eu sou o governador aqui. Não posso...
- Calma, meu senhor. Não te ofendas. É um antigo costume da terra. Uma honra muito grande que o chefe concede a Vossa Mercê. Ele queria fazer a entrega lá na festa. Eu cá é que não deixei. Mas não te preocupes. Se Vossa Mercê quer governar essas terras aqui, vai ter de se adaptar aos costumes. Lembra-te de Dom Jorge Pereira? Então. Aproveita, meu senhor. Esta é a melhor forma de estabelecer uma aliança com os gentios.
- Mas eu... estás louco... Eu sou homem casado. Um pai de família. Um fidalgo da casa de Dom João. O que tu estás a pensar?
- Ora, ora, Dom Tomé. Vossa Mercê está há dois meses no mar. Deve estar com precisão – e conduzindo-o amavelmente pelas espáduas: - Vamos lá... deite-se, capitão. A menina foi instruída. Sabe de um tudo. O meu senhor não tem nada a perder. Vossa Mercê não deu um presente para o chefe? Ele quer retribuir. Só isso.
- Mas ...
- Vamos lá... não se aflija. Deite-se. Isso... deite-se. Deite-se, capitão. Garanto que meu senhor vai ter uma noite das boas, viu?
- Mas e... e os padres? Se eles souberem de uma coisa dessas...
- Eles já embarcaram. Não te preocupes. Não vão saber de coisíssima nenhuma. Mas se souberem, tem para eles também.

Mulher, com a graça de Deus, é o que não falta nessas Terras do Brasil!

Esse diálogo retrata o choque entre duas formações discursivas distintas: a formação discursiva da cultura indígena da região de Salvador, na qual se subjetiva o português aculturado (Diogo Álvares – Caramuru) e a formação discursiva da cultura judaico-cristã portuguesa, na qual se subjetiva o português recém-chegado (Tomé de Sousa).

Dos costumes dos primitivos habitantes da terra, eram as relações sexuais e de família, a magia e a mítica que marcavam a vida do colonizador. A poligamia e a sexualidade da índia iam ao encontro da voracidade do português, ainda que a vida sexual dos indígenas não se processasse tão à solta quanto o relatado pelos viajantes que no Brasil estiveram.

A personagem histórico-ficcional Tomé de Sousa anseia pela satisfação dos desejos sexuais, ainda mais com uma jovem índia virgem, entretanto teme que a satisfação do seu desejo sexual possa trazer implicações junto aos padres (representantes do poder eclesiástico) e junto aos portugueses, visto que poderia significar a perda da autoridade necessária ao cargo de Governador Geral. Observa-se que esse “diálogo” não figura no arquivo, aliás há um silêncio neste quanto ao homem Tomé de Sousa. É nesse silêncio que Roriz realiza o seu gesto de interpretação literário construindo a personagem histórico-ficcional.

Conforme pode ser observado nesses poucos recortes, o romance histórico contemporâneo surge a partir do trabalho do formulador do discurso, na função-autor, parafraçando o arquivo e lhe sendo fiel ao mesmo tempo em que realiza o seu gesto de interpretação literário no silêncio desse mesmo arquivo. Além disso, não se pode esquecer que a formação discursiva do romance histórico contemporâneo estabelece a humanização das personagens histórico-ficcionais.

Referências Bibliográficas:

COURTINE, Jean-Jacques. **Analyse du discours politique**. Langages, Paris, n. 62, juin, 1981.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-podernismo**: história, teoria, ficção. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

ORLANDI, Eni Pucchinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Pucchinelli (org.). **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, Labeurb/UNICAMP, 2003.

REGIMENTO DE ALMERIM. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3._Regimento_que_levou_Tom__de_Sousa_0.pdf>. [1548] s.d. Acesso em: 28 out. 2013.

RORIZ, Aydano. **O fundador**: a fascinante história do primeiro Governador do Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.